

Autoengano, menoridade e o problema do mal em Kant

Self-deception, Immaturity and the Problem of Evil in Kant

DANIEL LEITE CABRERA PEREIRA DA ROSA*

Resumo: Neste artigo, investigamos a relação entre menoridade, autoengano e mal radical no pensamento de Immanuel Kant. A investigação pautou-se pela análise de passagens de vários textos de Kant, levando em conta a evolução de seu pensamento ao longo dos anos, e sempre dialogando com a literatura secundária. Partimos da célebre caracterização do Esclarecimento como “saída da menoridade”. Procuramos mostrar que, no campo prático, o autoengano moral pode ser interpretado como uma forma de “menoridade moral”. Para isso, voltamo-nos primeiramente à teoria kantiana do mal, segundo a qual o mal radical consiste na inversão da ordem dos fundamentos do arbítrio, pela qual o amor de si é posto como princípio supremo em lugar da lei moral. Argumentamos que, para Kant, essa inversão só é possível porque, por meio do autoengano, encobrimos de nós mesmos os fundamentos de nossas ações. Interpretamos, então, essa espécie de autoengano em comparação com o conceito de menoridade. Concluímos que, assim como o Esclarecimento exige a coragem de pensar por si mesmo, a superação da menoridade moral exige o esforço de autoconhecimento, condição para a “revolução de caráter” que restabelece a lei moral como princípio supremo do arbítrio. Em ambos os casos, trata-se, para Kant, de uma exigência prática que demanda coragem e decisão, cuja realização nunca é completa, mas sempre apenas aproximativa.

Palavras-chave: Autoengano. Menoridade. Mal Radical. Autoconhecimento. Esclarecimento.

* Daniel Leite Cabrera Pereira da Rosa é Doutor em filosofia pela Universidade de Siegen (Universität Siegen), mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ) e da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Contato: daniellcpr@gmail.com

Abstract: In this article, we investigate the relation between immaturity, self-deception, and radical evil in the thought of Immanuel Kant. Our inquiry is based on the analysis of texts from several of Kant's works, taking into account the evolution of his thought over the years and engaging in dialogue with the secondary literature. We begin with the famous characterization of Enlightenment as "the exit from immaturity." We argue that, in the practical domain, moral self-deception can be interpreted as a form of "moral immaturity." To make this point, we draw on Kant's theory of evil, according to which radical evil consists in the inversion of the order of the grounds of choice, whereby self-love is set as the supreme principle in place of the moral law. We maintain that this inversion is possible only because, through self-deception, we conceal from ourselves the true grounds of our actions. We then interpret this kind of self-deception in comparison with the concept of immaturity. We conclude that, just as Enlightenment requires the courage to think for oneself, the overcoming of moral immaturity requires the effort of self-knowledge, which is the condition for the "revolution of character" that restores the moral law as the supreme principle of choice. In both cases, it is a practical demand that, according to Kant, calls for courage and decision, and whose realization is never complete, but always merely approximate.

Keywords: Self-deception. Immaturity. Radical Evil. Self-knowledge. Enlightenment.

Introdução

A proposta kantiana de Esclarecimento é apresentada, segundo o próprio Kant (2008b, p. 56 / AA 08: 146), apenas como "princípio negativo no uso da faculdade de conhecer". "O Iluminismo [Esclarecimento] é a saída do homem de sua menoridade, pela qual ele próprio é culpado" (Kant, 2008c, p. 9; AA 08: 35)¹: assim começa o célebre artigo *Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento?*, publicado em dezembro de 1784. Dois aspectos dessa definição, que podem parecer, de início, obscuros são logo em seguida explicados, a saber: o conceito de menoridade e a afirmação de que o indivíduo é culpado por ela. A menoridade, afirma Kant, "é a incapacidade de se servir

¹ Incluímos aqui, e em todas as citações de obras de Kant, além da paginação da edição em língua portuguesa por nós adotada, também o número do volume e da página correspondentes na edição da *Königliche Preussische Akademie der Wissenschaften* (AA) (Kant, 1900). A única exceção é a *Crítica da Razão Pura*, que citamos, seguindo o padrão adotado na literatura especializada, incluindo a numeração das páginas da primeira (A) e da segunda (B) edições.

do entendimento sem a orientação de outrem”. Ela é “*por culpa própria* se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem”. As implicações políticas, sociais e pedagógicas da posição assumida por Kant a partir dessas célebres afirmações foram amplamente exploradas na literatura secundária. Muito menos comumente abordada é a sua relação com a filosofia moral de Kant.

A falta de esclarecimento, afirma Kant, é culpa do próprio indivíduo não esclarecido sempre que a sua origem reside em uma falta de coragem e decisão. Quando analisamos essa afirmação, que pode parecer exageradamente rigorosa para alguns, à luz da teoria kantiana do mal, descobrimos um aspecto que ressoa sobre toda a sua filosofia moral e antropologia. Para Kant, o mal moral está intrinsecamente relacionado ao autoengano. O caráter mal é aquele que escolhe o princípio do amor de si – e não a lei moral – como fundamento último de todas as suas máximas. Ao que tudo indica, porém, para Kant, o autoengano é uma condição de possibilidade de tal escolha radical – e, em certo sentido, irracional – por um princípio alheio à lei da razão prática pura (a lei moral). Neste caso, o mau caráter está intimamente relacionado a uma incapacidade de pensar a respeito dos fundamentos das próprias ações, pela qual nós mesmos somos culpados.

Neste artigo, pretendemos abordar justamente essa relação entre o mal radical, o autoengano e a menoridade no pensamento de Kant. Procuraremos mostrar que, embora o filósofo não relacione de maneira explícita os dois primeiros temas ao terceiro, encontramos, nos pressupostos de sua filosofia, uma ligação implícita entre eles. Mais especificamente, procuraremos mostrar que aquilo que, na *Religião nos limites da simples razão*, é descrito como mal radical, deve ser interpretado como manifestando-se sob a forma de autoengano acerca de nossas próprias máximas. Essa forma de autoengano, sugeriremos, pode ser caracterizada como uma espécie de “menoridade moral”, presente universalmente em todos os homens enquanto propensão.

O conceito de máxima

Para compreender como o autoengano pode enraizar-se no agir humano, é necessário examinar, antes, o conceito de máxima. Para Kant (2007, p. 40; AK 04: 407), o valor moral de uma ação não pode ser medido com base em sua manifestação externa – isto é, no evento concretizado no mundo, enquanto consequência da decisão do agente –, dado que tal manifestação sempre

depende de fatores alheios à vontade do sujeito. O valor moral de uma ação reside na máxima, ou seja, no princípio subjetivo do querer (Kant, 2007, p. 30; AK 04: 399) assumido pelo agente e que expressa a sua decisão. Ao afirmar que a máxima expressa integralmente a decisão do sujeito agente, queremos dizer que, para Kant, ela contém não apenas o fim ou a intenção, mas também o meio escolhido e, principalmente, o fundamento determinante (*Bestimmungsgrund*) da escolha.²

Como é amplamente sabido, para Kant, a legalidade (*Gesetzmäßigkeit*) da máxima consiste em sua conformidade à forma da universalidade. Uma máxima é legal (ou seja, conforme à lei moral) se é possível querer que ela seja tomada como lei universal. Por sua vez, a máxima só possui valor moral se o seu fundamento determinante é o dever e a sua motivação, o respeito. Em outras palavras, a máxima é dotada de valor moral se aquilo que determina o sujeito agente em sua escolha é a representação do dever e, conseqüentemente, a motivação da escolha é o sentimento de respeito a ele.

Pelo menos a partir da *Crítica da Razão Prática*, Kant associa o conceito de fundamento determinante à noção de um “princípio subjetivo de todas as máximas” (2003, p. 285; AA 05: 81), isto é, de uma máxima suprema que define a disposição de ânimo (*Gesinnung*) ou o caráter (*Charakter*) do indivíduo. Assim, Kant passou a distinguir – embora nem sempre de forma inteiramente clara – entre máximas de ação e máximas supremas do arbítrio. As máximas de ação são princípios de primeira ordem, subordinados a máximas de ordem mais elevada, as quais determinam o agente na escolha daquelas. Por exemplo, a máxima de ação “promover a minha riqueza a todo custo” pressupõe a máxima suprema do amor de si (“promover a minha felicidade própria”) como fundamento determinante. Em última análise, é a máxima de segunda ordem que determina a escolha da máxima de primeira ordem.

No primeiro capítulo da Analítica da *Crítica da Razão Prática*, Kant (2003, p. 91; AA 05: 26) procura demonstrar que há apenas duas máximas supremas possíveis do arbítrio, a saber, a lei moral e o princípio do amor de si (ou da felicidade própria). Todas as máximas destituídas de valor moral, em última análise, fundam-se no princípio do amor de si (Kant, 2003, p. 75; AA 05: 22). As máximas dotadas de valor moral, por sua vez, são aquelas cujo fundamento determinante é a lei moral, que é, portanto, a máxima suprema do indivíduo

² Cf. Kant, 2007, p. 79; AA 04: 436. Kant não se expressa exatamente desta maneira. Na verdade, ele não deixa inteiramente claro que componentes deveriam estar presentes numa máxima e este problema é objeto de uma longa discussão na literatura secundária.

dotado de boa disposição de ânimo (*Gesinnung*), ou seja, de bom caráter. A máxima de ação que expressa a decisão de um indivíduo de não mentir, por exemplo, só é dotada de valor moral se o seu fundamento determinante é a lei moral, isto é, se o indivíduo decide não mentir por respeito à moralidade e não por um interesse egoísta. Caso o indivíduo decida não mentir apenas para se manter coerente e não ser desmascarado na mentira, em última análise, o fundamento determinante de sua escolha é o princípio do amor de si e, ainda que a máxima seja conforme à lei moral, ela é destituída de valor moral. Com efeito, a conformidade à lei é aqui contingente, enquanto a moralidade exige uma conformidade necessária, isto é, determinada pela própria lei moral como fundamento da escolha.

A análise do conceito kantiano de máxima, portanto, mostra que a raiz do valor moral está sempre no fundamento determinante escolhido pelo agente. Como veremos adiante, é justamente nessa escolha que o autoengano pode infiltrar-se, levando àquilo que, por analogia com o texto do *Esclarecimento*, chamaremos de “menoridade moral”.

O problema do mal

O problema do mal é abordado apenas de maneira marginal na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) e na *Crítica da razão prática* (1788), as duas primeiras grandes obras de Kant sobre filosofia moral. É apenas em *Religião nos limites da simples razão* (1793) que ele se volta para esse tema em detalhe. Um dos objetivos dessa obra é o de responder à objeção de Carl Erhard Schmid (1790, p. 257) de que a sua teoria da liberdade como autonomia teria levado a uma espécie de “fatalismo inteligível”: segundo Schmid, na ética de Kant, as ações moralmente boas seriam inevitavelmente determinadas pela razão; as ações moralmente más, por outro lado, decorreriam de meras inclinações e, por isso, não poderiam ser consideradas livres; em consequência, o conceito kantiano de autonomia esvaziaria a noção de liberdade e, por conseguinte, também a distinção entre bem e mal.

Em resposta a esse problema, Kant esclarece, em primeiro lugar, que as inclinações sensíveis só podem determinar o arbítrio humano à ação caso sejam incorporadas a uma máxima (1992, p. 29; AA 06:24). A partir da obra de Allison (1990, p. 147), essa tese ficou conhecida, na literatura secundária, como *Incorporation thesis*.

A origem do mal não pode estar nas inclinações sensíveis tomadas em si mesmas, pois, se estivesse, o mal não seria imputável e, portanto, sequer seria

mal. Além disso, tampouco pode haver uma disposição de ânimo de fazer o mal pelo mal, ou seja, uma “máxima suprema da maldade”, pois isso equivaleria a pensar uma causalidade (da vontade) sem lei, o que é contraditório. Com isso, Kant conclui que “para fornecer um fundamento moral do mal no homem, a *sensibilidade* contém demasiado pouco [...]; em contrapartida, porém, uma *razão* que liberta da lei moral, uma *razão* de certo modo *maligna* [...] contém demasiado” (Kant, 1992, p. 41; AA 06: 35).

O mal moral, afirma Kant, precisa ser pensado como uma inversão na ordem das duas máximas supremas capazes de determinar o arbítrio humano. A má disposição de ânimo (ou caráter) é aquela que põe a máxima do amor de si como critério supremo para a escolha de todas as máximas subordinadas (isto é, as máximas de ação). Segundo Kant, mesmo o homem mau não tem como ignorar de todo a lei moral. Ele, porém, subordina-a à máxima do amor de si, que é tomada, então, como prioritária. Kant afirma que o mau caráter é um mal radical, dado que ele esvazia todas as máximas do indivíduo de seu valor moral. Com efeito, se o princípio do amor de si constitui o fundamento último de todas as suas escolhas, mesmo que o indivíduo adote máximas de ação conformes à lei, estas permanecerão destituídas de valor moral. Para Kant, esse mal radical está universalmente presente nos homens enquanto propensão.

Kant esclarece, todavia, que a máxima do amor de si não é, tomada em si mesma, uma máxima má. Pelo contrário, ele inclui o amor de si entre as disposições (*Anlagen*) originárias do homem para o bem (Kant, 1992, p. 32; AA 06: 26). Adotar a máxima do amor de si não é, a princípio, um mal, pois a felicidade própria não é um mal, mas um bem. Kant insiste, em diversas obras (por exemplo, em Kant, 2007, p. 29; AA 04: 399), que, se todos os homens não buscassem naturalmente a felicidade, buscá-la seria até mesmo um dever, dado que o estado de desagrado pode promover inclinações contrárias à lei moral. Adotar o princípio do amor de si só constitui, portanto, um mau caráter quando ele é posto como máxima *suprema* do arbítrio, e não como máxima subordinada à lei moral.

De início, contudo, a doutrina kantiana do mal enfrenta uma dificuldade. Para Kant, a lei moral se apresenta ao arbítrio como o único fundamento determinante racional. Com efeito, a lei moral é a única lei da liberdade em sentido estrito (isto é, enquanto autonomia) e, assim, a única que procede da razão prática pura. Ora, conforme explicamos, toda escolha, para que seja livre e imputável, precisa ser realizada mediante uma máxima, isto é, um princípio

da razão. Por sua vez, a própria possibilidade do mal moral supõe liberdade de escolha e a imputabilidade. Como explicar, então, que o arbítrio humano possa escolher o princípio do amor de si como supremo? Se a razão apresenta a lei moral como único fundamento determinante racional possível, como poderia essa mesma razão escolher pelo princípio do amor de si?

Sugeriremos, a seguir, que a solução de Kant (1992, p. 42-45; AA 06: 36-39) é a seguinte: o autoengano nos permite inverter a ordem de prioridades, tomando o princípio do amor de si como condição da lei moral. Assim, mesmo que a escolha pelo princípio do amor de si em detrimento da lei moral seja irracional, o autoengano possibilita que a razão a realize. Para entender esta solução, precisamos explorar em detalhe o problema do autoengano na filosofia de Kant. Para tanto, convém, antes, explicar brevemente o contexto em que é apresentado, o qual é mais amplo e anterior à formulação do problema do mal em *Religião nos limites simples razão*. O tema do autoengano já se insere, desde a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, na discussão sobre os limites de nosso conhecimento acerca do valor moral de nossas ações.

O ceticismo em torno do conhecimento das máximas

Um aspecto central na psicologia moral proposta por Kant é que nós não somos capazes de conhecer com certeza o valor moral de nossas próprias máximas. Esse ceticismo parece aplicar-se primariamente à máxima suprema do caráter, pois é ela que define o valor moral da ação. Porém, considerando que, conforme vimos, as máximas de ação – isto é, as máximas subordinadas – são, em última análise, sempre fundadas na máxima suprema do caráter, esse ceticismo se estende a todos os tipos de máxima.

Kant parece oferecer duas justificativas diferentes para esse ceticismo. Por um lado, ele afirma que não podemos conhecer nossa verdadeira máxima suprema, isto é, nossa disposição de ânimo, porque ela é um ato de nosso caráter inteligível, que pertence ao domínio da coisa em si, e não de nosso caráter sensível, pertencente ao domínio dos fenômenos. Assim, afirma, por exemplo, que “[a experiência] jamais pode descobrir a raiz do mal na suprema máxima do livre-arbítrio na referência à lei, raiz que, como *ato inteligível*, precede toda experiência” (Kant, 1992, p. 45; AA 06: 39). Em outras passagens, Kant sustenta que é a possibilidade do autoengano que torna impossível conhecermos com certeza as nossas máximas. Com efeito, mesmo após a mais sutil análise, sempre permanece a possibilidade de que estejamos nos autoenganando quanto aos fundamentos últimos de nossas escolhas: mesmo que a análise nos

leve à conclusão de que o fundamento último é a lei moral, resta sempre a possibilidade de que estejamos nos autoenganando a esse respeito.

Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma ação, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever. Acontece por vezes na verdade que, apesar do mais agudo exame de consciência, não possamos encontrar nada, fora do motivo moral do dever, que pudesse ser suficientemente forte para nos impelir a tal ou tal ação ou a tal grande sacrifício. Mas daqui não se pode concluir com segurança que não tenha sido um impulso secreto do amor-próprio, oculto sob a simples capa daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade. Gostamos de lisonjear-nos então com um móbil mais nobre que falsamente nos arrogamos. (Kant, 2007, p. 40; AA 04: 407).

À primeira vista, essas justificativas parecem incompatíveis entre si. Com efeito, o autoengano parece ser um fenômeno do caráter empírico, que podemos sondar por meio da experiência interna e que é objeto da psicologia empírica. Portanto, parece estranho afirmar que o autoengano é o responsável por ocultar os fundamentos últimos de nossas decisões, pois, se esses pertencem ao domínio da coisa em si, seu conhecimento já seria de modo definitivo inacessível ao sujeito transcendental. Mais do que isso, a própria possibilidade de um autoengano psicológico a respeito do caráter inteligível parece pressupor que um conhecimento empírico dele seria, por princípio, possível, o que é absurdo, considerando-se os pressupostos da filosofia transcendental kantiana.

A dificuldade é, porém, apenas aparente. Na verdade, a primeira justificativa refere-se aos limites de nosso conhecimento teórico; a segunda, a uma dificuldade que se manifesta no domínio prático. Na esfera teórica, o que nos impede de conhecer o fundamento último de nossas ações é o fato de que, enquanto *Tat*, ele pertence ao nosso caráter inteligível e, portanto, ao domínio da coisa em si. Por isso, dele não podemos ter qualquer intuição e, conseqüentemente, nenhum conhecimento. Porém, embora não possa ser conhecido, o caráter inteligível pode ser pensado e Kant (2008a, p. 475; A 553; B 581) argumenta que é legítimo pensá-lo como causa do caráter sensível, isto é, do caráter tal como se manifesta em ações no mundo concreto. Argumenta, além disso, que é legítimo pensar tais ações tomadas como fenômenos (*Handlungen*), bem como as reflexões do eu empírico que nos levam a elas, as quais pertencem igualmente ao caráter sensível, como efeitos daquele ato (*Tat*)

do caráter inteligível. Conforme indicou Allison (1990, 143) para resolver um problema interpretativo semelhante, a confusão aqui se dá quando a doutrina kantiana da escolha pela máxima suprema (*Gesinnung*) é interpretada como tese psicológica ou como tese metafísica, e não simplesmente como ideia regulativa da razão. Enquanto tal, a força normativa que Kant lhe atribui é, na verdade, do mesmo tipo daquela que atribui, por exemplo, à ideia de contrato social na sua filosofia política: trata-se de uma ideia regulativa, não de um dado empírico nem de uma entidade metafísica. A sua validade se encontra, portanto, apenas no domínio prático.

Na esfera prática, nossas ações *devem ser* pensadas *como se*, em última análise, derivassem de uma máxima suprema que constitui nosso caráter inteligível e que condiciona as nossas máximas de ação. Aqui, portanto, tal pensamento não é apenas legítimo (não contraditório), mas também objetivamente válido. É isso o que justifica uma investigação das causas psicológicas de nossas ações.

É aqui, entretanto, que se manifesta o segundo problema – o problema do autoengano. A avaliação moral que fazemos acerca dos fundamentos de nossas ações nunca nos leva à certeza, pois permanece sempre a possibilidade de que nos autoenganemos ao nos analisarmos. Com isso, mesmo quando a análise é cuidadosa e nos parece que tais máximas foram escolhidas em razão do dever, resta sempre a possibilidade de que, no fundo, sejam egoístas. Posso, por exemplo, estar convicto de que ajudei uma pessoa idosa a atravessar a rua em obediência ao dever de ajudar o próximo, quando, na verdade, fi-lo apenas para parecer honrado ante mim mesmo e, com isso, fomentar o meu amor de si.

Por fim, é importante observar que a investigação acerca dos fundamentos de nossas máximas pertence à psicologia empírica e é, portanto, uma investigação *a posteriori*. Por isso, poderíamos acrescentar uma terceira dificuldade na busca do autoconhecimento moral: para Kant, investigações *a posteriori* nunca nos levam à certeza, que só é encontrada em juízos *a priori*, como os da física e da matemática puras no plano teórico e os da metafísica dos costumes no plano prático.³ Assim, independentemente dos dois problemas anteriores, a investigação acerca de nossas próprias motivações jamais levaria a proposições absolutamente certas. Diante de tudo isso, não surpreende que Kant descreva o autoconhecimento como uma “descida aos infernos” (2004, p. 81; AA 06: 441)

Cabe esclarecer, contudo, que tais dificuldades em nada alteram a força nem o caráter incondicionado das regras morais. Com efeito, para Kant, temos

³ Em Kant, 1992, p. 82; AA 06: 103 o filósofo parece se referir indiretamente a esta terceira dificuldade.

conhecimento *a priori* de nossos deveres. Temos, portanto, certeza daquilo que *devemos* fazer em geral. Se há normas morais, isto é, normas que obrigam a vontade de todos os seres racionais de modo incondicional, o fato de nunca podermos ter certeza acerca de que as cumprimos pelo motivo certo – já que não conhecemos nosso caráter com certeza –, em nada altera a força e a validade apodítica delas. Afinal, embora nunca saibamos com certeza se nós, enquanto indivíduos, somos moralmente bons, se sabemos *a priori* que *devemos* cumprir os nossos deveres *em razão de* serem devidos, sabemos de maneira igualmente *a priori* que *podemos* cumpri-los por esta razão (isto é, tendo a lei moral como fundamento determinante de nossa decisão). Mais que isso, para Kant a busca pelo autoconhecimento moral é, conforme veremos, um dever fundamental e ele não perde em nada o seu caráter obrigatório pelo fato de que tal conhecimento nunca será absolutamente certo. De resto, podemos, é claro, em geral, ter certeza de que estamos agindo *conforme* ou contrariamente às normas morais. A dificuldade encontra-se no exame de seu valor moral. Assim, o ceticismo de Kant quanto ao nosso autoconhecimento, não o leva, de modo algum, a um ceticismo moral.

Autoengano e o problema do mal

Kant escreveu relativamente pouco a respeito do autoengano. Por isso, como constata Welsch, toda reflexão acerca do tema do autoengano em Kant, permanecerá, “em última análise, uma interpretação desprovida de base” (2019, p. 53 – tradução nossa). Ainda assim, o pouco que Kant escreveu a respeito parece indicar que, para ele, o autoengano seria um elemento central de sua teoria do mal.

Kant defende que todo homem possui uma propensão (*Hang*) para o mal, mas, ao menos à primeira vista, não oferece uma justificativa convincente para essa posição: limita-se a afirmar que nós o constatamos empiricamente (Kant, 1992, p. 38-40; AA 06: 32-33). A literatura especializada lida de maneiras diversas com esse problema. Allison (1990, p. 154-155) propõe uma justificativa alternativa partindo de premissas da filosofia kantiana. Carnois (1973, p. 166) interpreta que os capítulos 3 e 4, considerados em conjunto, conteriam uma justificativa *a priori*. Welsch (2019, p. 53-54) sugere que a justificativa insuficiente de Kant é parte de uma estratégia retórica empregada nos primeiros capítulos da primeira parte da *Religião nos limites da simples razão*, que inclui ambiguidades e encobrimentos, com a finalidade de levar o leitor a refletir por si próprio.

Independentemente do modo como lidemos com essa dificuldade interpretativa, é certo, para Kant, que o ato que constitui o mau caráter, isto é, a escolha do princípio do amor de si como princípio supremo do arbítrio, deve ser pensado como um ato inteligível – e, portanto, fora do tempo – para o qual todos os homens têm uma propensão inata. É justamente ao explicar essa propensão que o tema do autoengano é introduzido no texto da *Religião nos limites da simples razão*.

Na primeira parte da obra, após apresentar, na primeira seção, as três classes da disposição originária do homem para o bem, Kant diferencia, na segunda seção, três graus da propensão humana para o mal: (1) a fragilidade da natureza humana, entendida como fraqueza da vontade; (2) a impureza do coração humano, isto é, a tendência a misturar às máximas outras motivações além das morais; (3) a malignidade ou perversidade do coração humano. Não é imediatamente claro o que Kant pretende exprimir com o termo “graus”. De todo modo, já se torna clara a associação do terceiro grau àquele ato de inversão na ordem de prioridade das máximas supremas. Com efeito, a própria escolha do nome “perversidade” (*Verkehrtheit*) é justificada da seguinte forma: “Pode [...] chamar-se a perversidade (*perversitas*) do coração humano, porque inverte a ordem moral a respeito dos móveis de um livre-arbítrio” (Kant, 1992, p. 36; AA 06: 30).

Na seção seguinte, após caracterizar o mal da maneira que resumimos anteriormente, isto é, enquanto ato inteligível pelo qual se escolhe o princípio do amor de si como máxima suprema, Kant retorna ao tema dos graus. O terceiro grau é aqui explicitamente associado à radicalidade do mal, isto é, à propriedade de corromper o fundamento de todas as máximas (Kant, 1992, p. 43; AA 06: 38). É no parágrafo imediatamente seguinte que Kant finalmente se volta para o tema do autoengano. Retomando novamente a distinção dos três graus, ele afirma que, no terceiro grau, o mal

pode ajuizar-se como culpa premeditada (*dolus*), e tem por caráter seu uma certa perfídia do coração humano (*dolus malus*), que consiste em enganar-se a si mesmo acerca das intenções próprias boas ou más e, contanto que as ações não tenham por consequência o mal que, segundo as suas máximas, decerto poderiam ter, em não se aquietar por mor da sua disposição de ânimo [*Gesinnung*], mas antes em se considerar justificado perante a lei. (Kant, 1992, p. 44, AA 06: 38)

Aparentemente, a posição defendida é a de que, de um ponto de vista prático, devemos nos orientar pela ideia de que o mal radical se manifeste

enquanto autoengano. Kant não apresenta, aqui, argumentos explícitos em defesa desta posição, mas há vários indícios de que, para ele, apenas essa representação poderia tornar coerente a caracterização do mal como inversão na ordem dos princípios. Com efeito, se a razão nos obriga inevitavelmente a assumir a lei moral como máxima suprema do arbítrio, só faz sentido conceber que o arbítrio humano escolha o princípio do amor de si como máxima suprema se o indivíduo, de início, confundir os seus verdadeiros motivos por meio do autoengano. Noller (2021, p. 38-39) interpreta esse ato da razão de se “autoconfundir” com base no conceito kantiano de *Vernünfteln*, que poderia ser traduzido como “razonar sem rigor” ou “sofismar”. Conceição e Perez (2024, p. 17-19), por sua vez, exploram a noção kantiana de “probabilismo moral”. Embora nenhum dos dois conceitos seja explicitamente evocado nesta parte da *Religião nos limites da simples razão*, tudo indica que os autores, no fundo, têm razão ao considerar que Kant introduz aqui o tema do autoengano para explicar a possibilidade de a razão deixar de escolher a lei moral como uma espécie de erro cognitivo autoculpável. Na próxima seção, apresentaremos em mais detalhes uma interpretação a este respeito comparando este erro autoculpável da razão àquilo que Kant caracterizou como menoridade.

Autoengano e esclarecimento moral

Conhecer os fundamentos das próprias máximas é conhecer a si mesmo enquanto agente moral. Ainda que tal conhecimento não envolva certeza *a priori*, temos a obrigação de buscá-lo. Mais do que isso, se o autoengano acerca das próprias motivações é para Kant, conforme sugerimos acima, a manifestação da propensão humana para o mal, o nosso esforço por extirpá-lo é o primeiro passo para nossa reforma de caráter. Assim, é de se esperar que Kant o considere um dever fundamental. E é isso, de fato, o que encontramos em *Metafísica dos Costumes*, em que o autoconhecimento é caracterizado como o primeiro mandamento de todos os deveres para consigo mesmo: “É este o mandamento: conhece-te a ti mesmo [...], não segundo a tua perfeição física [...], mas segundo a perfeição moral, em relação com teu dever – examina se o teu coração é bom ou mau, se a fonte das tuas obrigações é pura ou impura [...]” (Kant, 2004, p. 81; AA 06: 441).

O imperativo refere-se especificamente ao autoconhecimento acerca dos fundamentos das máximas. A norma é, portanto, relativa ao autoengano *moral*. Kant (2004, p. 67-69; AA 06: 429-431) também considera que temos um dever de não mentir para nós mesmos em geral. Porém, é razoável considerar que nem toda mentira para si (*Selbstlüge*) é uma forma daquilo que denominamos

aqui, desde o início, de “autoengano moral”. É imaginável, por exemplo, que uma pessoa doente se autoengane a respeito das chances reais de, por meio de um tratamento médico, curar-se de uma doença grave em fase avançada. Essa, contudo, não é uma forma daquilo que estamos aqui nomeando “autoengano moral”. Com efeito, o autoengano moral é, conforme explicamos diversas vezes, o autoengano especificamente *acerca dos fundamentos de nossas máximas*.

É possível agora vislumbrar uma relação íntima entre o conceito kantiano de menoridade e a sua caracterização do autoengano moral. Da mesma forma, o princípio geral do Esclarecimento, que ordena ao homem a pensar por si mesmo, encontra, na filosofia moral, um paralelo com o imperativo que nos ordena a investigar os fundamentos de nossas decisões. Embora Kant não associe esses temas explicitamente, há muitos elementos que parecem confirmar o paralelo. Pretendemos apresentar aqui apenas um esboço dessas associações. Começemos pelas características definidoras da menoridade e do autoengano moral.

A menoridade é a condição do homem que não pensa por si mesmo, mas se deixa determinar acriticamente pelo pensamento alheio. Ao definir dessa forma a menoridade, Kant tem primariamente em vista uma dimensão social da menoridade: em seu tempo – e seguramente o mesmo vale para o nosso –, diagnostica Kant, a grande maioria dos homens deixa-se guiar cegamente pelo pensamento alheio. Em sua filosofia moral, encontramos, no autoengano, um fenômeno análogo.

Kant (2007, p. 47; AA: 04: 412) entende a razão prática (ou vontade) como a capacidade de agir segundo princípios. A razão, isto é, a faculdade de pensar só é puramente prática, isto é, só se autodetermina em sentido pleno, quando o princípio segundo o qual ela age procede de si mesma. Para Kant, no entanto, o único princípio prático originário da própria razão é, a rigor, a lei moral. Assim, é correto afirmar que, em sentido pleno, a razão só “pensa” por si mesma no âmbito prático quando o princípio supremo que a determina a agir é a lei moral. Por outro lado, quando o critério supremo da escolha é o princípio do amor de si, a razão é apenas usada como meio para dar unidade àquilo que lhe é ditado pelas inclinações: “a razão se serve da unidade das máximas em geral, que é peculiar à lei moral, simplesmente para introduzir nos móveis da inclinação, sob o nome de felicidade, uma unidade das máximas que, aliás, não lhes pode caber” (Kant, 1992, p. 42-43; AA 06: 36-37).

Quando a máxima suprema do arbítrio é o princípio do amor de si, portanto, em certo sentido, a razão prática não “pensa” – num sentido amplo do termo – por si mesma. Para nos expressarmos de maneira mais rigorosamente

próxima de Kant, podemos afirmar que nessa situação a razão prática não é “orientada no pensamento” puro, como deveria estar no âmbito prático, ou, em outras palavras, que ela é “empiricamente condicionada”. A razão, neste caso, não se orienta pelo princípio que lhe é originário (a lei moral); em vez disso, é usada como um instrumento para conferir unidade às inclinações sob a ideia de felicidade própria (ou amor de si). Como se trata aqui de uma falsa unidade, em última análise, a razão precisa do autoengano para admiti-la: o sujeito precisa esconder de si mesmo (ou “confundir-se” intencionalmente) os verdadeiros motivos por trás de suas ações. Assim, se para Kant a menoridade é, em geral, a condição de não pensar por si mesmo, é razoável interpretar que, no domínio da ética, ela se manifesta por meio do autoengano moral, em que a razão encobre suas verdadeiras motivações e põe o pensamento a serviço do amor de si.

Há ainda, ao menos, três outros aspectos em que os conceitos de menoridade e autoengano podem ser aproximados. Em primeiro lugar, os dois caracterizam estados em que o agente se sente, a princípio, confortável; cujo abandono, portanto, exige coragem e resolução. Em segundo lugar, ambos são culpa do próprio indivíduo – o autoengano moral é qualificado como *culpa* que evolui para *dolus* (Kant, 1992, p. 44; AA 06: 38). Por fim, o antídoto em ambos os casos é o esforço para pensar de modo autônomo e crítico – no caso do autoengano, a saída é o autoconhecimento moral, que é condição para a revolução de caráter, isto é, o restabelecimento da lei moral como máxima suprema do arbítrio.

Analisemos agora o paralelo entre o esclarecimento e o autoconhecimento moral. Em primeiro lugar, tanto o esclarecimento quanto o autoconhecimento dependem, para Kant, sobretudo, de uma decisão do sujeito para serem adotados. Ambos representam caminhos tortuosos. Kant afirma que “é difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza” (2008c, p. 10; AA 08: 36). Da mesma forma, o autoconhecimento é caracterizado como “uma descida aos infernos” (Kant, 2004, p. 81; AA 06: 441). Ambos são explicitamente ordenados por um mandamento da razão (cf. Kant, 2008c, p. 10; AA 08: 35, e Kant, 2004, p. 81; AA 06: 441). Por fim, nos dois casos, trata-se de ideias da razão, às quais devemos nos aproximar infinitamente, mas que, ao que tudo indica, não podemos alcançar em sentido pleno.

Conclusão

Para Kant, o Esclarecimento é o esforço por “pensar por si mesmo”, o que é explicado como “buscar em si próprio (isto é, na sua razão) a pedra de toque da verdade” (2008b, p. 56 / AA 08: 146). Embora o próprio Kant tenha se voltado quase exclusivamente para as dimensões políticas, sociais,

pedagógicas e históricas do tema, é fácil perceber a presença do projeto geral de Esclarecimento em quase todas as áreas de sua filosofia. Procuramos aqui avaliar a sua relação com o autoconhecimento moral. Para isso, exploramos primeiramente a teoria kantiana do mal radical, em que o problema do autoconhecimento se insere.

Exploramos algumas das principais dificuldades interpretativas relativas à teoria kantiana do mal radical e procuramos aproximá-la da proposta geral de Esclarecimento. No seu sentido exato, em que se manifesta como perversidade do coração, o mal radical deve ser entendido como o ato pelo qual o princípio do amor de si é elevado à condição de máxima suprema do arbítrio e, assim, anteposto à lei moral. Kant associa esse ato explicitamente ao autoengano moral. Com base na análise dos textos do filósofo, e em diálogo com a literatura secundária, propusemos que o autoengano moral deve ser pensado como manifestação psicológica daquele ato. Esta hipótese nos permitiu distinguir, em seguida, as principais dificuldades impostas ao autoconhecimento moral. Com isso, preparamos as bases que nos permitiram interpretar o autoconhecimento moral à luz do conceito kantiano de Esclarecimento e, paralelamente, compreender o autoengano à luz do conceito de menoridade.

Concluimos, em resumo, que, se o Esclarecimento é a saída da menoridade intelectual, o autoconhecimento moral pode ser interpretado como a saída da menoridade prática. Ambos são exigências da razão, que requerem, por parte do indivíduo, resolução e coragem, mas cujo alcance é sempre incerto, sendo entendidos mais como ideias das quais devemos nos aproximar ao máximo e que devem guiar o esforço humano de reforma pessoal.

Referências

ALLISON, H. *Kant's theory of freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CARNOIS, B. *La cohérence de la doctrine kantienne de la liberté*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

CONCEIÇÃO, J. V. C.; PEREZ, D. O. O solipsismo moral em Kant: o lado obscuro da consciência. In: *Educação e Filosofia*. v. 38, p. 1- 33, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/74632>. Acesso em: 21 ago. 2025.

HÖFFE, O. *Kants Kritik der praktischen Vernunft: Eine Philosophie der Freiheit*. München: Beck, 2012.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 6. ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2008a.

KANT, I. *Gesammelte Schriften*. Berlin: Preussische Akademie der Wissenschaften, 1900 ff.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, I. *Metafísica dos costumes – Parte II: Princípios metafísicos da Doutrina da Virtude*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

KANT, I. Que significa orientar-se no pensamento? In: Kant, Immanuel. *A paz perpétua e outros textos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008b.

KANT, I. Resposta à pergunta: Que é o iluminismo? In: Kant, Immanuel. *A paz perpétua e outros textos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008c.

NOLLER, J. Logik des Scheins. Kant über theoretische und praktische Selbsttäuschung. *Kant-Studien*, v. 112, n. 1, p. 23-50, 2021.

POTTER, N. Duties to oneself, motivational internalism, and self-deception in Kant's ethics. In: TIMMONS, M. *Kant's Metaphysics of morals: Interpretative essays*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SCHMID, C. C. E. *Versuch einer Moralphilosophie*. Jena: Cröker, 1790.

WELSCH, M. Kant über den Selbstbetrug des Bösen. *Kant-Studien*, v. 110, n. 1, p. 49-73, 2019.

Artigo recebido em 12/09/2025 e aprovado para publicação em 24/09/2025

Como citar:

ROSA, Daniel Leite Cabrera Pereira da. Autoengano, menoridade e o problema do mal em Kant. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 365-380, jul./dez. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v24i48-2025-7>